A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E LEGAL

Silvio Cesar Nunes Militão, Andressa Neves Kiill

Universidade Estadual Paulista – UNESP, curso de Pedagogia, Presidente Prudente, SP. E-mail: scnmilitao@gmail.com.
Agência de fomento: CNPq/PIBIC.

RESUMO

No contexto contemporâneo brasileiro a temática da escola de tempo integral, cada vez, mais ganha força na agenda política e centralidade no debate educacional. Assim, este artigo, resultante de uma pesquisa de iniciação científica (CNPq/PIBIC) em desenvolvimento, objetivou investigar e analisar a trajetória histórica e legal concernente ao tema da escola de tempo integral no Brasil. Para tanto, se valeu dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental acerca da temática em tela. Os resultados da pesquisa indicam que, superada a longa fase das experiências pontuais e esparsas de implantação da escola de tempo integral no país, o Brasil caminha agora no sentido da consolidação de uma política pública nacional em prol da ampliação do tempo de permanência na escola, caracterizada pela continuidade e maior abrangência. Concluímos, entretanto, que muito se falta a percorrer ainda para a universalização da escola de tempo integral.

Palavras-chave: escola, tempo integral, legislação educacional, políticas públicas, Brasil.

A SCHOOL FULL-TIME IN BRAZIL: HISTORICAL AND LEGAL PATH

ABSTRACT

In the Brazilian contemporary context the issue of school full-time, every time, more gains strength on the political agenda and centrality in the educational discussion. So this article resulting from an undergraduate research (CNPq/PIBIC) in development, aimed to investigate and analyze the historical and legal trajectory concerning the subject of full-time school in Brazil. To this end, drew the following methodological procedures: literature search and information retrieval on the screen theme. The survey results indicate that once the long phase of point and scattered experiences of implementation of the full-time school in the country, Brazil now moving towards the consolidation of a national public policy in favor of the extension of time spent in school, characterized by continuity and greater coverage. We conclude, however, that much is lacking still go to the universalization of school full time.

Keywords: school, full-time, educational legislation, public policies, Brazil.

INTRODUÇÃO

A proposta de escola de tempo integral, que não se constitui uma novidade histórica no Brasil, vem crescentemente ganhando força na agenda política e centralidade no debate educacional contemporâneo.

Defendida com entusiasmo por educadores, gestores, políticos e especialistas como estratégia imprescindível para a melhoria da educação brasileira, “[...] há cada vez mais adesões dos governos municipais e estaduais à escola de tempo integral [...]” (MIRANDA; SANTOS, 2012, p. 1077).

Abordar o tema da escola de tempo integral no momento presente e suas perspectivas futuras requer, necessária e inicialmente, a identificação e o exame tanto das principais experiências de implantação da escolarização pública em tempo integral no país quanto do conjunto legal construído nacionalmente para normatizar/regular tal matéria no âmbito do território brasileiro.

Assim, o presente artigo – fruto de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/PIBIC) – objetivou investigar e analisar a trajetória histórica e legal concernente à temática da escola de tempo integral no Brasil, tendo em vista desvelar as suas possíveis contribuições e implicações para a ampliação de tal formato escolar no contexto contemporâneo.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica da investigação proposta foi a de natureza qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), contemplando: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental acerca da temática em tela.

Primeiro passo de toda pesquisa científica, a pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento, a seleção e o estudo de diversas publicações (artigos científicos, livros, dissertações, teses etc.) relacionadas ao tema em abordagem, permitindo a construção do referencial teórico do presente trabalho.

A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a seleção, exploração e análise dos documentos oficiais – notadamente da legislação de alcance nacional – referentes à escola de tempo integral.

A análise final foi realizada à luz do objetivo precípua do estudo e do referencial teórico norteador da pesquisa.

RESULTADOS

Inicialmente, os resultados da pesquisa realizada evidenciam que até a década de 1990 tivemos no Brasil sete experiências emblemáticas de implantação da escola de tempo integral, conforme pode ser verificado no Quadro 1.

Quadro 1. Experiências pioneiras e históricas de implantação da escolarização de tempo integral no Brasil

Principais Experiências	Década	Local	Breve descrição da experiência
Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR)	1950	Salvador (BA)	Em 1950, Anísio Teixeira concretizou a ideia de escola de tempo integral, inaugurando o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), na cidade de Salvador, que visava resgatar a qualidade do ensino, num complexo de quatro escolas-classe e uma escola-parque (FERREIRA, 2007). “No Centro, além da instrução e da educação, o aluno receberia merenda, uniforme, material didático, livros e atendimento médico e dentário” (EBOLI, 1971, p. 71 apud CASTRO, 2009, p. 46).
Centro de Educação Elementar (CEE)	1960	Brasília (DF)	Inspirada na experiência pioneira do CECR, a construção do Centro de Educação Elementar (CEE) em Brasília-DF ocorreu em 1960, também idealizada por Anísio Teixeira. De acordo com Dib (2010), o CEE possuía um conjunto de prédios escolares para abrigar um Jardim de Infância, quatro Escolas-Classe e uma Escola-parque. Após o jardim de infância para as crianças de 4 a 6 anos, os alunos ingressariam na Escola-Classe, cujo objetivo era a educação intelectual e sistemática para crianças de 7 a 14 anos, e paralelamente, complementar sua formação na Escola-Parque, onde seria desenvolvido o artístico, físico e recreativo, bem como a sua iniciação ao trabalho, possuindo assim uma jornada escolar de oito horas diárias.
Ginásios Vocacionais (GV)	1960	Estado de São Paulo	A experiência dos Ginásios Vocacionais (GV) do Estado de São Paulo visava renovar o ensino secundário no território paulista, através da permanência do aluno na escola em tempo integral (DIB 2010). Conforme Dib (2010), os primeiros GV foram criados em 1962 e tinham como proposta o ensino de tempo integral para os jovens de ambos os sexos, com idade de ingresso de 11 a 13 anos. Os GV possuíam uma organização em quatro anos e um currículo diversificado, dividido em duas etapas de dois anos: a Iniciação Vocacional, que abrangia duas séries escolares, desenvolvidas em dois anos letivos, e o Ginásio Vocacional completo, constituído pelas quatro séries.
Centros Integrados	1980	Estado do Rio	Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) foram implementados por Darcy Ribeiro na década de 1980, que

de Educação Pública (CIEPs)		de Janeiro	<p>na época era vice-governador do Rio de Janeiro durante o governo de Leonel Brizola (PDT). No Brasil, o CIEP foi a primeira escola popular de dia completo, como salienta Castro (2009).</p> <p>Os CIEPs, inaugurados em 1985, objetivavam promover um salto na qualidade no ensino fundamental do estado, proporcionando a escola de tempo integral como uma forma de auxílio para o caos social em que crianças e adolescentes de baixa renda se encontravam. Dessa forma, incumbiu a educação da responsabilidade de resolver os problemas sociais. Em cada unidade do CIEP era previsto a frequência de 600 alunos, em regime de turno completo, de 9 horas diárias, oferecendo ensino de 1ª a 8ª séries. Os alunos teriam direito a quatro refeições, banho, atividades esportivas, estudo dirigido e assistência médica-odontológica (CUNHA, 2005 apud FERREIRA, 2007).</p>
Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC)	1980	Estado de São Paulo	<p>Segundo Ferreti, Vianna e Souza (1991), o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), formulado em São Paulo em 1986, foi um programa de repasse de verbas a escolas das redes públicas, prefeituras ou entidades particulares conveniadas, a fim de receber alunos das redes públicas que queriam aderir ao Programa. Os alunos frequentavam a escola que estavam devidamente matriculados e no período correspondente ao outro turno, permaneciam na escola ou se dirigiam até as entidades conveniadas, onde se alimentavam e participavam de atividades complementares, tais como, atividades esportivas, artísticas, de lazer, pré-profissionalizante e de reforço escolar. Para os alunos serem selecionados e inscritos para participarem desse programa eram averiguadas as características econômico-sociais e/ou seu desempenho escolar.</p> <p>O PROFIC não teve suas origens através de movimentos populares por educação ou reivindicações dos profissionais da educação pelo tempo integral dos alunos na escola, mas foi pensado originalmente na UNICAMP, no segundo semestre de 1986 e foi adaptado pela Secretaria de Educação do Estado, possuindo características distintivas (FERRETI; VIANNA; SOUZA, 1991).</p> <p>O PROFIC tinha como principais objetivos ampliar o tempo de permanência das crianças na escola enquanto seus pais trabalhavam, visava à formação integral da criança e auxiliar na melhoria do desempenho escola.</p>
Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs)	1990	Nacional	<p>Em 1991, o Presidente Fernando Collor de Melo, consoante com o Projeto Minha Gente, anunciou a implementação de diversas escolas no Brasil, de ensino fundamental em horário integral, os denominados Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs), ligados ao Ministério da Saúde (CASTRO, 2009).</p>

			O Presidente Collor ao anunciar o Projeto Minha Gente, visava a implementação de 5.000 escolas de ensino fundamental em horário integral no Brasil, que abrigariam 6 milhões de crianças e jovens e 500 mil adultos na alfabetização no período noturno. Nessa escola, as crianças permaneceriam por oito horas diárias, estudando, jogando e aprendendo. As crianças também receberiam três alimentações, assistência médica, dentária e educação sobre higiene básica. O primeiro CIAC foi inaugurado em outubro de 1992, e muitos educadores desejavam possuir uma unidade educacional no seu Estado, pois a proposta pedagógica desse projeto era atraente a princípio (DIB, 2010).
Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs)	1990	Nacional	Ao assumir a Presidência da República por força do impeachment de Collor, o Presidente Itamar Franco (1992) transformou o CIAC em Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs). Para Dib (2010), os CAICs possuíam dois objetivos específicos, que era oferecer as famílias marginalizadas condições para que seus filhos frequentassem a escola, local em que seria oferecido as crianças o que as famílias não teriam condições de oferecer, como por exemplo comida, vestuário (uniforme), assistência médica-odontológica e evitar que essas crianças entrassem precocemente no mercado de trabalho(subempregos). Esses objetivos visavam diminuir o índice de evasão e repetência escolar.

Fonte: Pesquisa realizada.

Posteriormente, os resultados obtidos pela presente pesquisa demonstram que na segunda metade da última década do século XX tem início no país a construção de uma política pública nacional voltada à escola de tempo integral, que ganha notável consistência a partir da edição de um correspondente conjunto legal, como é possível ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 – A escola de Tempo Integral no ordenamento legal contemporâneo

Leis	Pontos relativos à escola de Tempo Integral
LDB/96 Lei nº 9.394/96	Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.
PNE I Lei nº 10.172/2001	Meta 21 - Ampliar progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.
FUNDEB EC nº 53/06 e Lei nº	Constituiu-se num marco histórico do movimento legal em prol da conquista do direito à educação escolar em tempo integral, uma vez que direciona recursos para a oferta da educação básica em tal formato (COELHO; MENEZES, 2007).

11.494/2007	
PME Decreto nº 7.083/2010	Artigo 1º - Contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.
PNE II Lei nº 13.005/14	META 6- oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica.

Fonte: Pesquisa realizada.

DISCUSSÃO

No Brasil, a ideia de escola em tempo integral começa a se desenvolver no início do século XX, sob influência dos escolanovistas, ganhando força a partir do Manifesto dos Pioneiros. Entretanto, como apresentado na seção anterior, ao longo das décadas tivemos apenas algumas experiências de implementação da escola de tempo integral no país, tais como: o CECR, de Salvador-BA; o CEE, de Brasília-DF; os GV, no Estado de São Paulo, os CIEPs, no Estado do Rio de Janeiro; o PROFIC, no estado paulista; e os CIACs e CAICs, em âmbito nacional. Essas experiências, apesar de emblemáticas em termos de conquistas em relação ao tempo integral, foram incipientes do ponto de vista da abrangência da implantação da escola de tempo integral no Brasil até meados dos anos 1990. É somente com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 (LDB/96) que a escola de tempo integral ganha maior importância no debate educacional contemporâneo e tratamento de alcance nacional, reforçada posterior e complementarmente pelo seguinte ordenamento jurídico referente à matéria: Plano Nacional de Educação (PNE) I e II (Leis nº 10.172/2001 e nº 13.005/2014, respectivamente); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007; e Programa Mais Educação (PME), disciplinado pelo Decreto nº 7.085/2010, abrindo caminho e criando condições mais objetivas para sua crescente expansão no Brasil.

Mesmo com suas marchas e contramarchas, a LDB/96 trouxe a perspectiva da escola de tempo integral em âmbito nacional, reconhecendo-a como uma das bases para o desenvolvimento do educando.

Segundo Coelho e Menezes (2007, p. 4), a LDB/96 avança ao preconizar “a ampliação gradativa do tempo de permanência na escola na forma da progressiva implantação do ensino fundamental de tempo integral”, embora deixe o seu planejamento e implantação a critério dos sistemas de ensino.

Ao analisar o conteúdo do PNE I, Menezes (2008, P. 4) observa que ele, tal qual a LDB/96, retoma e valoriza a educação integral, como possibilidade de formação integral do indivíduo.

Conforme a autora, o PNE I avança para além do texto da LDB, pois propõe a ampliação progressiva do tempo escolar tanto para o ensino fundamental (como já fazia a LDB/96) quanto para a educação infantil (novidade trazida pelo PNE I).

O PNE II, que possui 20 metas para todos os níveis e modalidades de ensino a serem alcançadas até o final de 2024, com o objetivo geral de melhorar a qualidade e a oferta da educação brasileira, tal qual o PNE I já expirado, também dedica meta exclusiva (a meta de número 6) para a questão da escola de tempo integral. Textualmente: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica”.

Embora reconheça que a meta supracitada “é muito importante para a melhoria efetiva da educação pública brasileira”, Brandão (2014, p. 38) também a considera “razoavelmente modesta”, pois, ao invés de, em 10 anos, propor que metade das escolas públicas ofereçam educação em tempo integral, poderia ter proposto que em 2024 todas as escolas públicas fossem de tempo integral.

Diferentemente do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), vigente até 2006 e que não previa nada em prol da educação de tempo integral, o FUNDEB considera o tempo integral como uma possibilidade para toda a educação básica nacional e associa a essa modalidade coeficientes de distribuição de recursos, num esforço inicial de “garantir o real direito à educação em tempo integral”, pois “o direito só se realiza de fato quando associado a fontes significativas e estáveis de recursos” (MENEZES, 2008, p.7).

Scalabrin (2012, p. 7) acredita que, se a educação em tempo integral é uma das maneiras capazes de auxiliar para a qualificação da educação, há que se investir mais nela, pois “a questão do financiamento da educação é determinante para a ampliação do tempo educativo com qualidade”.

A ampliação da escola de tempo integral no Brasil ganha fôlego, ainda, com o advento do Programa Mais Educação, disciplinado pelo Decreto nº 7.083/2010.

Tal Programa constitui-se em estratégia do Governo Federal “[...] para indução da ampliação do tempo escolar nas redes estaduais e municipais de ensino, por meio da oferta de atividades optativas em diferentes áreas, com o objetivo de ampliar a jornada escolar nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias” (MIRANDA; SANTOS, 2012, p. 1078).

Com o decisivo e imprescindível apoio do Governo Federal, expresso pelo Programa Mais Educação, a política pública de escola de tempo integral passa a adquirir maior consistência no Brasil e as experiências, sobretudo municipais, a despontar por todo o país.

CONCLUSÃO

Historicamente fruto de iniciativas pontuais e esparsas de distintos governos subnacionais, as experiências de implantação da escolarização pública em tempo integral levada a cabo no Brasil até a primeira metade dos anos 1990 foram parcas e de alcance limitado.

Reconhecidamente um fator importante para a melhoria da qualidade da educação, a oferta da escola em tempo integral passou a configurar-se como uma política pública nacional e consistente apenas na contemporaneidade, por conta tanto do ordenamento legal que passa a vigorar nas duas últimas décadas quanto da forte indução decorrente da instituição do Programa Mais Educação.

Assim, cada vez mais vem despontando por todo o país experiências de implantação da escola de tempo integral, tanto nas redes estaduais quanto nas municipais.

Entretanto, apesar do crescimento recente e considerável, a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola em escala nacional constitui-se num enorme desafio nacional, pois ainda há muito que percorrer e alcançar no tocante à universalização da escola de tempo integral.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **PNE (Lei nº 10.172/2001):** Discussão dos Objetivos e Metas do Plano Nacional de Educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26. jun. 2014. Seção 1, p.01.

_____. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília: 2010.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá outras providências. Brasília: 2007.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos artigos 7º, 23, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: 2006.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

CASTRO, A. de. **A escola de tempo integral**: a implantação do projeto em uma escola do interior paulista. 2009. 218 f. Defesa no programa de Pós-Graduação em Educação- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

COELHO, L. M. C. da C.; MENEZES, J. S. da S. **Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento constitucional-legal em discussão**. In: 30ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 2007, Caxambu, Anais..., 2007, p. 1-16.

DIB, M. A. B. **O programa escola de tempo integral na região de Assis**: implicações para a qualidade de ensino. 2010. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – FFC/UNESP, Marília.

FERREIRA, C. M. P. D. S. **Escola em tempo integral**: possível solução ou mito na busca da qualidade? 2007. 58 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)- UEL, Londrina.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

FERRETI, C. J.; VIANNA, C. P.; SOUZA, D. T. de. Escola pública em tempo integral: o Profic na rede estadual paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76, p. 5-17, fev. 1991.

MENEZES, J. S. S. . **Educação integral e tempo integral na educação básica**: da LDB ao PDE. In: IV Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente, 2008, Uberlândia, Anais... , 2008. p. 01-17.

MIRANDA, M. de G.; SANTOS, S. V. Propostas de tempo integral: a que se destina a ampliação do tempo escolar? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 3, 1073-1098, set./dez.. 2012.

SCALABRIN, I. Educação em tempo integral: como pagar a conta? **Revista de financiamento da educação**. Porto alegre, v.2, n.2, 2012.